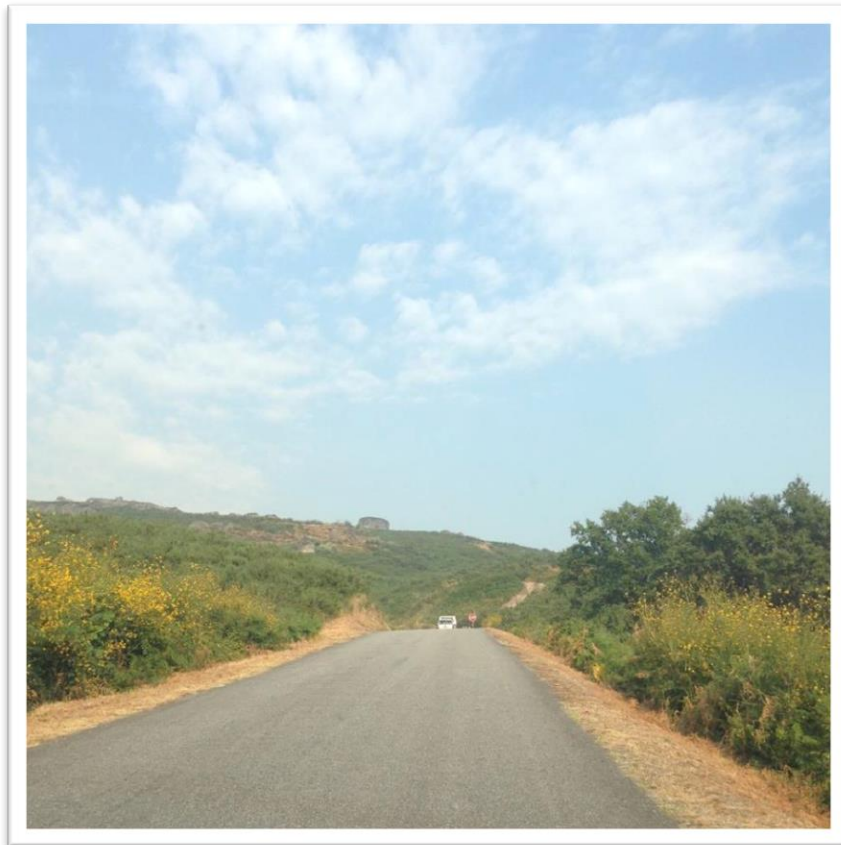


Despovoamento e Desenvolvimento Rural

Como promover o desenvolvimento rural?

Causas e consequências do despovoamento rural?



Unidade curricular: Geografia Humana de Portugal

Ano Letivo: 2017/2018

Docentes: Teresa Maria Vieira de Sá Marques; Luís Paulo Saldanha Martins; Hélder Trigo Gomes Marques.

Discentes: Ana Beatriz Guimarães Inácio; Bruno Miguel Rocha da Costa; Joana Melissa Teixeira Polido; Jorge Miguel Sousa Silva; Rita Dias Duarte; Rui Manuel da Costa Barbedo.

Índice

- Introdução – pag.3
- Metodologia – pag.4
- Desenvolvimento – pags.5 .6 .7 .8 . 9
- Análise da cartografia – pag.10
- Conclusão –pag.11
- Referências – pag.12
- Anexos – pags.13 .14 .15 .16 .17

Introdução

O êxodo rural foi verificado em diferentes alturas da história e em variadas dimensões, dependendo dos locais em questão. No entanto, em todas as sociedades em que aconteceu este fenómeno foi devido ao desenvolvimento, ao avanço científico, social, cultural e político, ao qual a população respondeu com as suas necessidades maiores. A população “fugiu” do campo para a cidade e assim marcou a evolução e o início da era industrial e capitalista. As consequências, em Portugal, a nível do tratamento e aproveitamento adequado dos recursos existentes, revelaram-se bastante negativas até aos dias de hoje devido ao abandono do rural.

Atualmente, estamos perante sociedades que não vivem contentes no meio urbano, mais concretamente nas grandes metrópoles. Esta insatisfação, deriva dos problemas mais básicos até aos mais diversificados nos dias presentes. Mas essa capacidade de distinguir o que se torna importante, essencial para a vida ou não, é uma das características que define a população que hoje se muda para o meio rural.

No âmbito do trabalho desenvolvido, foram definidas algumas questões orientadoras:

- Como promover o desenvolvimento rural?
- Causas e consequências do despovoamento rural?
- Será que é possível identificar tendências migratórias na deslocação de população urbana para o meio rural em Portugal?
- Como se caracteriza esta nova população rural?

Metodologia

Para a elaboração do presente trabalho, começamos pela leitura de artigos relacionados com o despovoamento e o desenvolvimento rural.

Depois da sua leitura, começamos pela procura de indicadores sobre o tema de modo a termos dados sobre o mesmo. Com os dados, retirados do Pordata, elaboramos diversos mapas, uns que eram comuns a todos os grupos e outros específicos do nosso tema.

Após a análise dos diversos mapas, começámos com a elaboração do relatório, onde também adicionámos informações retiradas dos diversos artigos bem como a pesquisa efetuada.

Desenvolvimento

Em Portugal, neste momento temos um meio rural dividido por duas grandes diferenças. A primeira, próxima das grandes cidades e segunda que se encontra despovoada e esquecida. No entanto, desenvolver o rural tem sido uma preocupação que com políticas europeias tem vindo a ganhar importância.

Como objectivos do trabalho temos o verificar tendências migratórias (urbano-rural) e as principais razões da sua existência; caracterização da nova população rural e conhecer o ponto de vista local (autoridades; população) sobre o desenvolvimento rural e estas movimentações. A investigação do tema permitiu verificar a existência de uma tendência do regresso ao rural por parte da população urbana, ainda que com algumas especificidades, um processo de êxodo urbano e gentrificação rural pode ser visto como um motor de desenvolvimento rural.

A busca de uma melhor qualidade de vida e contacto com a natureza, pode devolver ao meio rural a sua identidade, criando dinâmicas para atrair os seus residentes e proporcionando um papel importante num país fortemente marcado pela sua ruralidade.

Despovoamento rural

O conceito de êxodo rural aplica-se para caracterizar o movimento de saída dos habitantes do meio rural para o meio urbano. Este processo de migração ocorre devido à procura de melhor qualidade de vida, uma maior oferta de empregos, acesso aos serviços de saúde, serviços de educação, acesso a saneamento básico, entre outros fatores que influencia no abandono do meio rural por parte da população.

Na origem deste fenómeno há todo um conjunto de acontecimentos e descobertas, no campo cultural, social, científico, político e filosófico. Os principais motivos que levam a um alto índice de êxodo rural são: a **mecanização do meio rural**, ou seja, a chegada das máquinas para dar conta dos trabalhos rurais, como o arado, tratores, entre outras máquinas que começaram a cobrir as funções que eram até então, efetuadas pelos trabalhadores, o que faz com quem estes perdessem os seus empregos, pois uma máquina começa a realizar o trabalho que antes necessitaria de muitas pessoas, e agora apenas uma. No mesmo período em que ocorreu a mecanização do meio rural deu-se também a **industrialização**. As indústrias estavam a crescer nas cidades, e necessitavam de mão-de-obra, logo esses trabalhadores rurais que até então se encontravam desempregados, tiveram nas indústrias a sua oportunidade de terem um emprego novamente; ainda, o **envelhecimento da população** no meio rural é um processo iminente, sendo que em muitas ocasiões os jovens deixam o campo para estudar nos centros urbanos e nunca mais retornam. Assim, com o passar do tempo, as famílias são forçadas a

deixarem o meio rural, porque os idosos já não conseguem mais suprir as necessidades que a vida no campo exige.

Posto isto, de acordo com a lógica deste fenómeno geram-se automaticamente consequências. As principais consequências constituem-se: **problemas urbanos** como a violência, ocasionada principalmente pela falta de oportunidade de trabalho nos espaços urbanos; a precariedade dos serviços públicos; o desemprego, originado pelo excesso de trabalhadores disponíveis para as atividades laborais, bem como pela desvalorização do trabalho, entre outros fatores e, ainda, o trânsito, como consequência da precariedade nos transportes públicos e o excesso de pessoas a residirem nos centros urbanos; **o despovoamento e o abandono das áreas rurais; diminuição da variedade produtiva**, com o processo de êxodo rural, por vezes ocorre a expansão de atividades de monocultura. Quando isso ocorre, há uma diminuição da variedade produtiva no campo. Ou seja, o pequeno produtor tem condições de plantar uma ampla variedade de espécies de grãos, legumes, frutas e verduras. Quando a monocultura toma as propriedades, apenas um tipo de planta será cultivado.

Desenvolvimento rural

Em Portugal, nos anos 90 aparece uma nova designação para ruralidade ligada a revalorização social e simbólica do rural, através do retorno à natureza e à preservação. O território português é muito variado, e por isso, o desenvolvimento do espaço rural é muito importante para as novas amenidades rurais e novos empreendimentos.

O desenvolvimento rural tem várias designações, pode ser determinista, devido ao abandono progressivo, que leva ao envelhecimento e ao despovoamento. Pode ser neo-ruralista, ligada a informação e ao conhecimento. E eco-capitalista, ligada aos empreendimentos, com origem em capital estrangeiro.

A ajuda ao desenvolvimento rural é uma ferramenta essencial ao dispor do país para a promoção da agricultura, da florestação e o desenvolvimento do território. Espera-se a revitalização destas áreas e a diversificação das actividades económicas. A adoção de soluções inovadoras e competitivas e a utilização das potencialidades das áreas rurais, só são possíveis através de uma reviravolta, de uma mudança de mentalidades e nas maneiras de acção da sociedade.

O desenvolvimento rural tem como objectivo a descentralização e a formação de políticas e programas de desenvolvimento. Este pode ser definido como a melhorias das condições de vida da população das áreas rurais, através de processos sociais que respeitem os seguintes princípios: igualdade social e territorial, preservação patrimonial e ambiental e sustentabilidade. Se não houver um desenvolvimento rural, leva a formação de áreas rurais devolutas e territórios indesejáveis. Para

reverter este problema, é preciso trabalhar na economia da promoção primária, na conservação ambiental.

O desenvolvimento rural necessita de políticas, em consideração aos recursos existentes, as necessidades da população.

Em 1988, a Comissão Europeia aplicou uma política de coesão económica e social integrada, com a utilização de três fundos, o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), direccionado para as infraestruturas e o desenvolvimento económico, o FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), para modernizar a agricultura e promover as actividades rurais e o FSE (Fundo Social Europeu), para políticas de valorização dos recursos humanos. Mais tarde, a Comissão Europeia reorganizou esta política. Esta foi alterada com o objectivo de melhorar a gestão e o controlo da política comunitária de desenvolvimento rural. Foi então, criado um novo Fundo, o FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) que, juntamente com o FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia), se reverteu uma das duas ferramentas de financiamento da Política Agrícola Comum (PAC), substituindo o FEOGA. Esta política, fornece uma série de normas que ajuda a implementação de programas de nível nacional e regional, nos distintos Estados-Membros, com os mesmos objectivos deste segundo pilar da PAC.

Esta política comunitária concentra-se em quatro pontos, no aumento da competitividade do setor agrícola e silvícola, na melhoria do ambiente e da paisagem rural, na promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural e nas Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER). Este quarto ponto é um apoio direccionado para a ação local, entre o sector público e privado.

Existem vários factores fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento rural, a multifuncionalidade dos territórios, a diversidade de actividades, como, por exemplo, o turismo rural, o património cultural, a promoção de produtos locais, entre outros.

As políticas devem-se concentrar mais na procura de novas oportunidades. Necessitam de distinguir as áreas rurais, tendo em conta os diferentes problemas e potencial económico.

Em Portugal, o envelhecimento populacional, as perdas populacionais, a perda económica da actividade agrícola, entre outros, qualificam o mundo rural nacional colocando dificuldades nos objectivos.

O rural português: situação actual

Nos dias de hoje, devido a uma série de fatores de natureza diversa, a projeção dos espaços rurais como “atrasados” no seu desenvolvimento, “antiquados” e “tradicionais” tem vindo a extinguir-se.

Atualmente, espaço rural tem sofrido um conjunto de mudanças ao nível das suas funções e conteúdo social, como também, mudanças estruturais fruto, essencialmente, do processo de urbanização que se alastra pelas áreas rurais. Existe assim, uma grande diversidade associada ao mundo rural português, fruto das transformações ocorridas, que resultaram numa progressiva desagregação do rural da agricultura. Em Portugal reconhece-se agora o espaço rural como um espaço cada vez mais multifuncional articulando as produções agrícola e florestal com outras actividades tais como a protecção do ambiente, a conservação da paisagem, a preservação das tradições e o desenvolvimento de actividades relacionadas com o turismo, o lazer e o recreio, em detrimento, com a imagem de um espaço entendido apenas como produtor de alimentos e reserva de mão-de-obra.

Tudo aponta para uma crescente mobilidade de novos atores urbanos, os “neo-rurais”, que protagonizam o aparecimento de novas configurações territoriais com novos visitantes e residentes, surge a criação de uma nova perspectiva ao nível do planeamento e ordenamento do território. Desta forma, a nova ruralidade entrelaça-se como uma oferta de serviços denominados agro-rurais tais como: agro-florestais, agro-biológicos, agro-turísticos e conservação da biodiversidade, por exemplo.

Consequentemente, há um grande destaque para que se aposte no desenvolvimento rural e em trazer novos moradores, promovendo a diversificação do espaço e tendo em conta os pontos fortes e fracos da região, tanto os que procedem directamente da natureza como os que podem ser oferecidos pelos residentes, entidades variadas e corpos administrativos locais.

O rural, é caracterizado por movimentações características de permanência em que é difícil definir uma tendência de um só sentido. Exemplos disto mesmo são: os imigrantes sazonais ou moradores, estão presentes em muitas freguesias. Há também novos residentes, não constituídos imigrantes que se instalam quer apenas para residir, quer para dar início algum negócio ou iniciativa. Em alguns locais, existe um crescente impulso na reconstrução ou reabilitação de velhas casas, para efeitos de residência secundária ou férias, sendo que, muitas são construídas também de raiz. Os emigrantes, seja os que se deslocaram para fora do país ou somente para fora do município, voltam nos principais períodos de férias e por vezes aos fins-de-semana. Estas pequenas migrações, têm um efeito bastante positivo no pequeno comércio e no comércio local, nos fornecedores de serviços locais e nos empreiteiros e construtores. Um dos principais factores que facilitou estas movimentações, foi a melhoria da rede viária e acessos.

Tendo isto em conta, são muitas as pessoas que vivem no meio rural mais remoto, e que agora conseguem facilmente deslocar se até aos empregos que muitas vezes é fora do município onde residem. Nos últimos anos, há também uma crescente iniciativa, muitas vezes vinda de fora do rural, na aposta de actividades procuradas pelos residentes do meio urbano, mas que aqui as podem experienciar com mais qualidade e, efetivamente, com um maior contacto com a natureza. Tal como

já foi referido, a aposta nos serviços, tais como, de hotelaria, restauração e valorização do património, têm vindo a desenvolver alguma vida no meio rural.

Em suma, segundo as extensas características que o rural apresenta, não só de iniciativas privadas e de pequena escala deve depender o seu desenvolvimento. Há uma panóplia de políticas que podem ser desenvolvidas, de âmbito local, regional e nacional, que articuladas iriam criar condições atrativas para os residentes que pudessem dinamizar a economia e o espaço e aliar o repovoamento adequado à salvaguarda e promoção das potencialidades e riquezas do meio.

Análise da cartografia

Fig.1

Quanto ao número total de estabelecimentos hoteleiros, podemos evidenciar um aumento do mesmo quer nas áreas urbanas quer rurais, sendo que o aumento foi maior nas áreas metropolitanas.

Para além das áreas metropolitanas podemos verificar um aumento no sul e noroeste de Portugal, bem como na Região Autónoma da Madeira.

Podemos verificar, que alguns municípios, no ano de 2009, não tinham estabelecimentos hoteleiros, enquanto em 2016, a maiorias destes encontra-se com alguns estabelecimentos hoteleiros.

Este indicador é importante para a compreensão do tema na medida em que podemos verificar que o número de estabelecimentos hoteleiros aumentou nas áreas rurais, podendo mostrar uma maior atração para estas, bem como, um aumento do turismo nestas áreas, em resultado do desenvolvimento rural.

Fig.2

No que respeita à população residente, podemos dizer que houve um decréscimo generalizado em todo continente, no entanto, com mais expressão nas áreas metropolitanas. Isto pode estar relacionado com a busca crescente por uma melhor qualidade de vida, geralmente, associada às características do meio rural

Fig.3

Relativamente, à população ativa podemos verificar que não houve grandes alterações, visto que, esta se encontra distribuída por todo o país, contrariamente á tendência a que assistimos nos anos 90. Tal como referido no estudo a esta tendência (migração do meio rural para o meio urbano) vai começando a perder força até há actualidade.

Fig.4

Relativamente, à taxa de emprego podemos afirmar uma maior concentração na faixa litoral em 2001, enquanto em 2016 observamos uma maior dispersão. Não obstante, conseguimos evidenciar um aumento nos municípios do interior o que vai de encontro com a directiva do estudo, na medida em que, por exemplo, a oferta de emprego já não se cinge apenas aos meios urbanos; há uma maior atração pelo meio rural, apoiado no seu desenvolvimento de diversas naturezas (economia, ambiente, património, como já foi referido anteriormente).

Conclusão

Com o presente estudo, apoiado na bibliografia referida e na cartografia elaborada percebemos, que já não se assiste mais aos fenómenos do despovoamento e do êxodo rural. Contrariamente, o meio rural destaca-se como cada vez mais atrativo, tendo em conta, as suas características e potencialidades, relacionadas, maioritariamente, com atividades que promovem o contacto com a natureza, bem como constituam oportunidades económicas e ambientes sustentáveis. Prova disto mesmo é, como é, referido no relatório, a população neo-rural, que procura tirar o maior proveito de todas as valias que o meio rural tem para dar em relação com o meio urbano, são estas pessoas que tem uma maior ligação com o meio rural, que o tentam rentabilizar através de novas estratégias, e métodos que são fruto de uma maior instrução.

Posto isto, considera-se que o rural, atualmente e num futuro próximo, caminha associado à inovação e não ao tradicional.

Referências

<http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n5-5.pdf>

<http://www.exedrajournal.com/docs/N6/10-Edu.pdf>

<http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n1-4.pdf>

<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6335>

<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/81791?mode=full>

Anexos

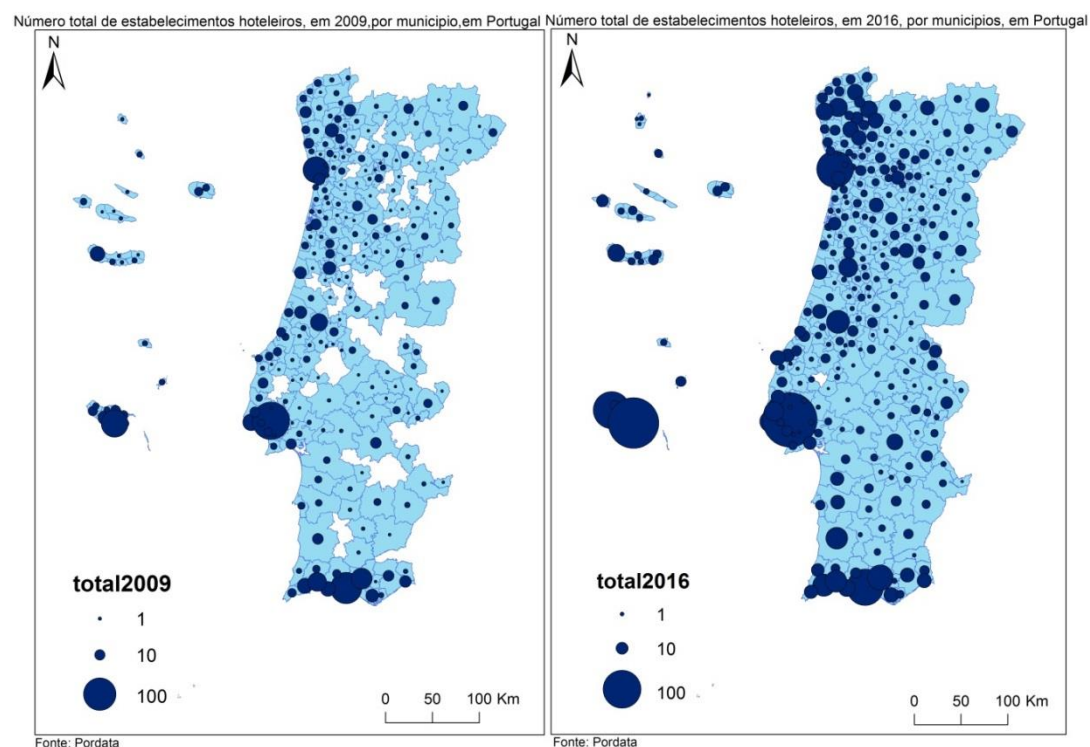


Fig.1 – número total de estabelecimentos hoteleiros nos anos 2009 e 2016, por município, em Portugal

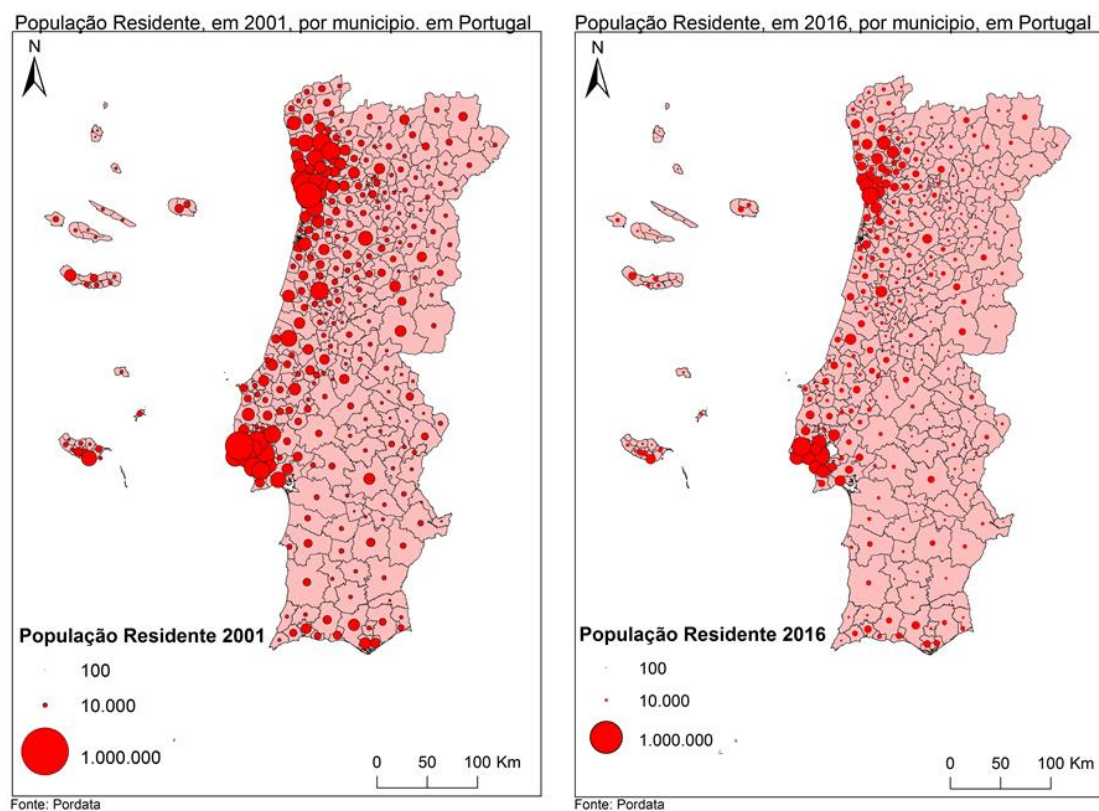


Fig. 2– População residente nos anos 2001 e 2016, por município, em Portugal.

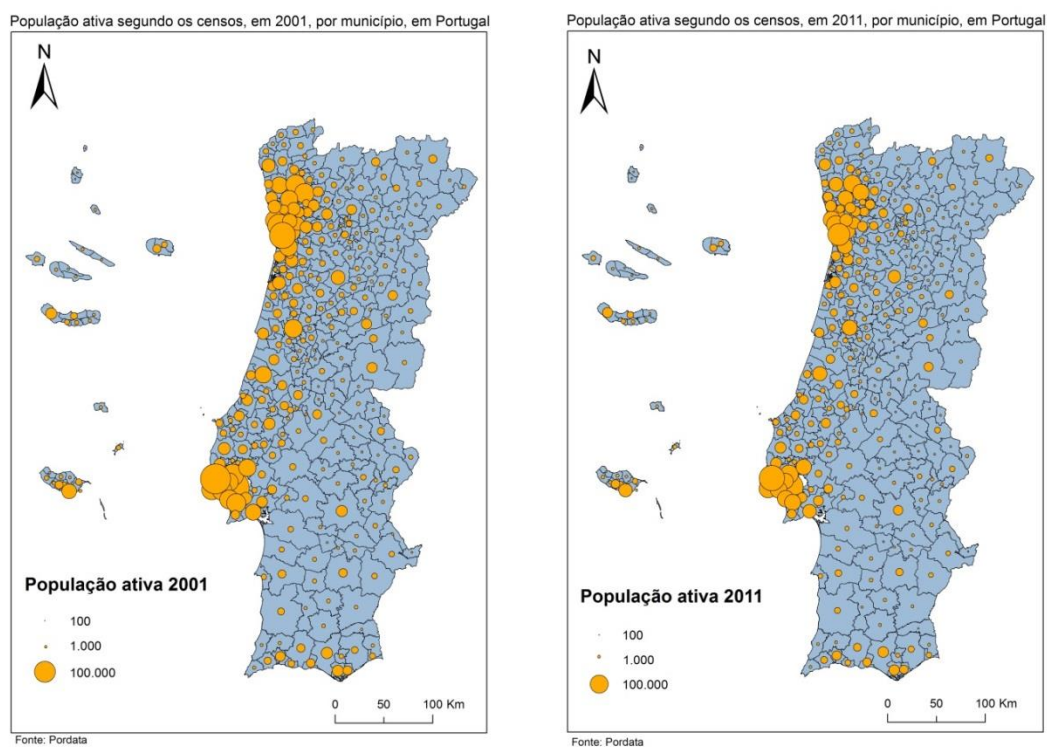
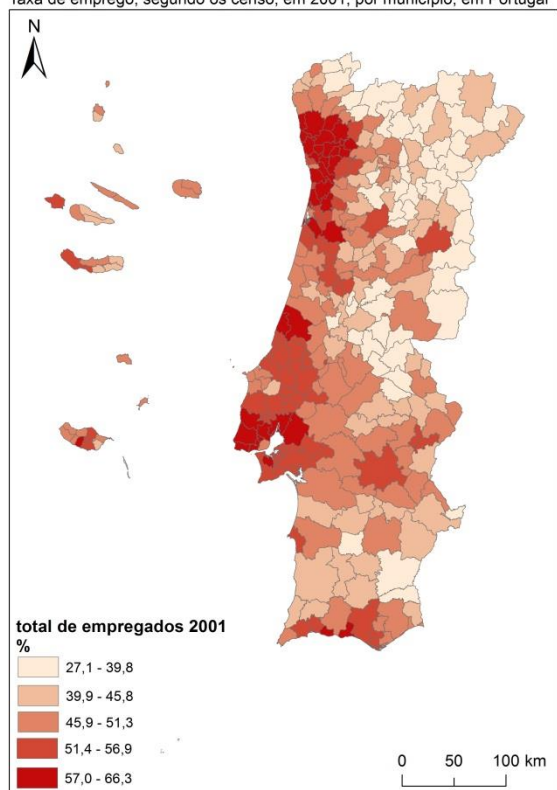


Fig.3 – População ativa, segundo os censos, nos anos 2001 e 2011, por município, em Portugal.

Taxa de emprego, segundo os censo, em 2001, por município, em Portugal



Taxa de emprego, segundo os censos, em 2011, por município, em Portugal

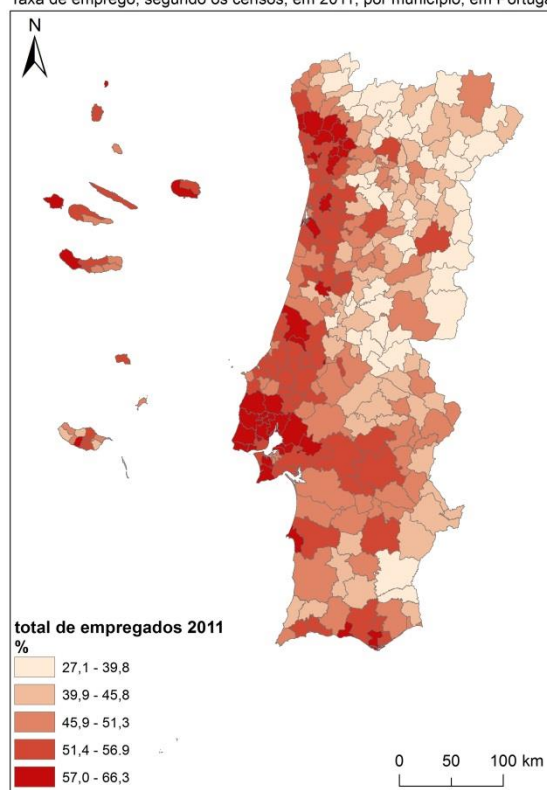
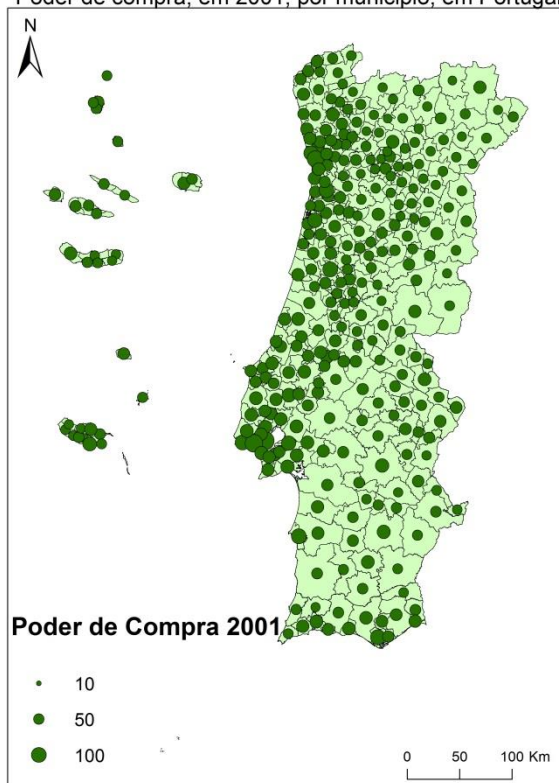


Fig.4 – Taxa de emprego, segundo os censos, nos anos 2001 e 2011, por município, em Portugal.

Poder de compra, em 2001, por município, em Portugal



Poder de compra, em 2016, por município, em Portugal

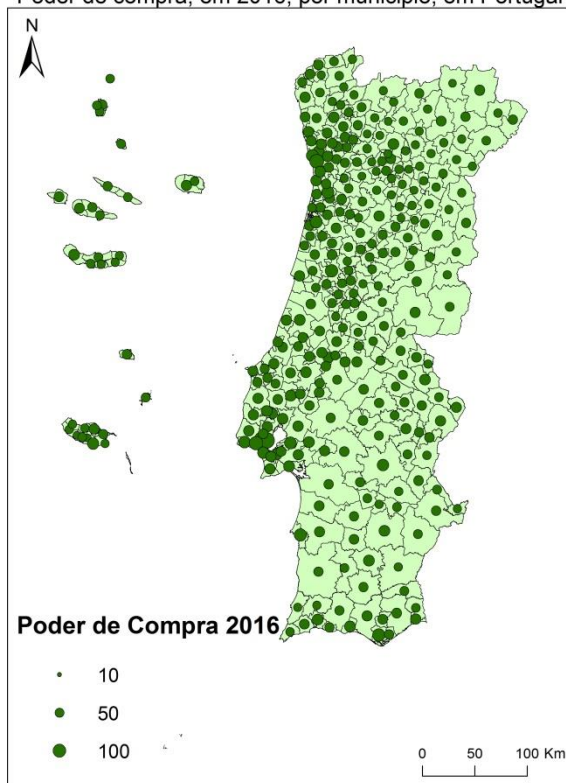


Fig. 5 –Poder de compra, nos anos 2001 e 2016, por município, em Portugal.

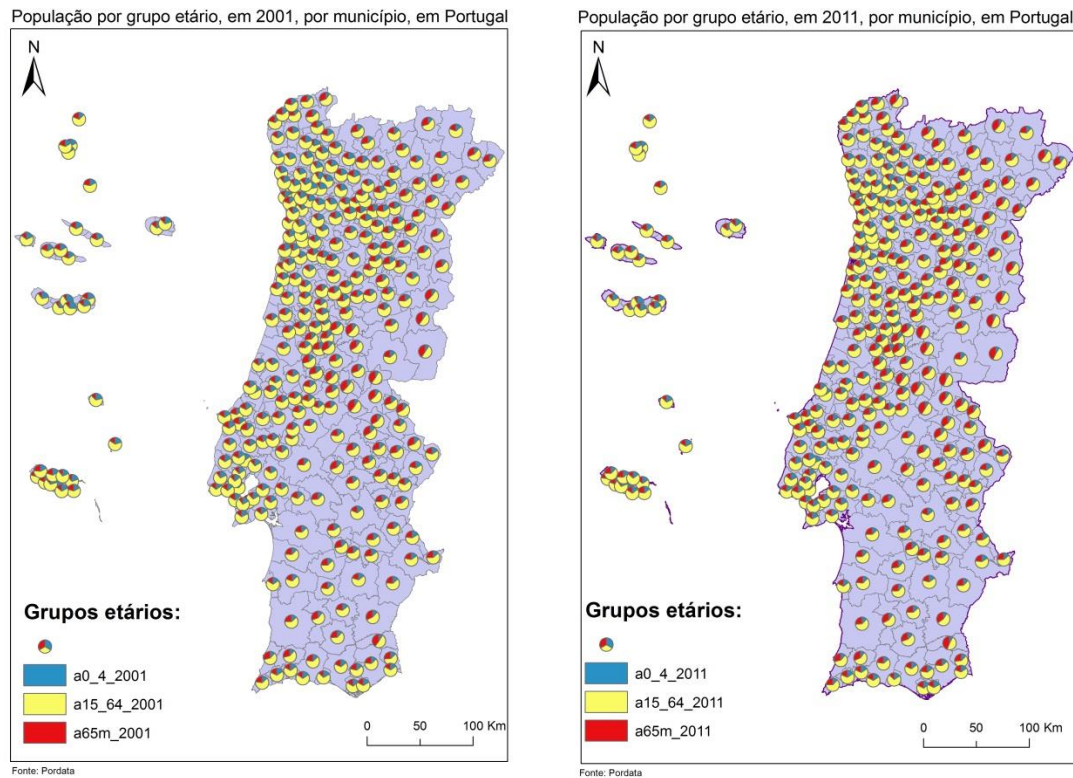


Fig.6 – População por grupo etário, nos anos 2001 e 2011, por município, em Portugal.

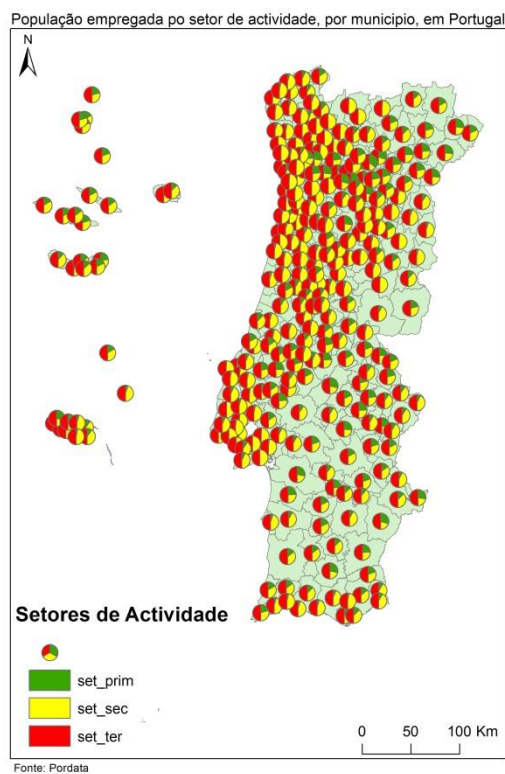


Fig. 7 – População empregada por setor de actividade, em 2011, por município, em Portugal.

Variação populacional por concelho em Portugal entre os anos 2011 e 2015

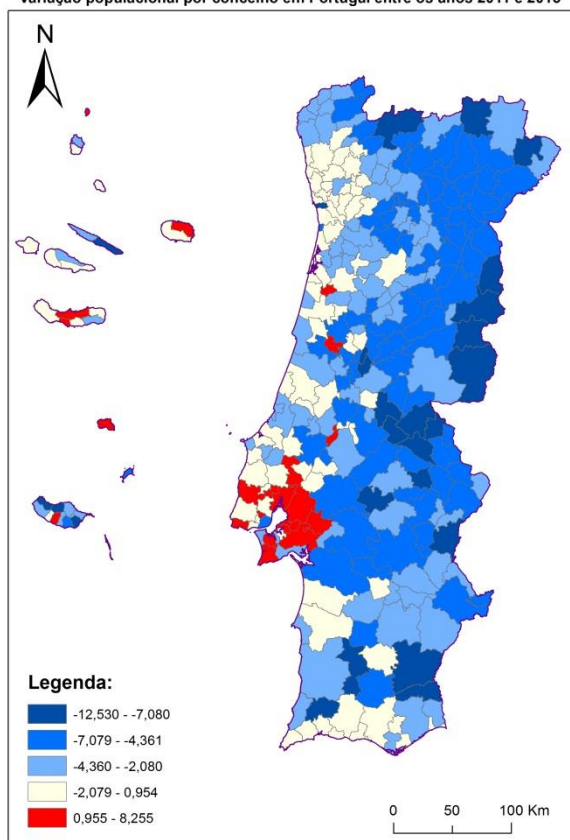


Fig.8 – Variação populacional, por concelho, em Portugal, entre os anos 2011 e 2015.